



ENCONTRO EMPRESARIAL DOS AÇORES

Enquadramento

1. O FÓRUM CCIA 2018 – *Encontro Empresarial dos Açores* – reuniu em Angra do Heroísmo, nos dias 12 e 13 de outubro, com cerca de meia centena de empresários representando as três Câmaras de Comércio dos Açores e vários sectores de atividade e fez uma análise ao estado da economia regional, identificando as principais dificuldades e analisando as grandes necessidades e oportunidades de ajustamento estrutural da economia açoriana.
2. O Fórum adotou como tema central a **competitividade da economia regional**, com especial ênfase nas áreas dos transportes e da energia. Concluiu, nomeadamente, que se colocam vários desafios designadamente: potencial da Região na utilização de energias renováveis; potencial para crescimento de ligações aéreas com a América do Norte e Europa, que deverá ser através da criação de um Hub nos Açores; ajustamento nos horários dos voos e das frequências interilhas, para melhorar a conectividade com o exterior. Esta discussão contou com a participação de especialistas de craveira internacional.
3. Foi feita uma análise retrospectiva da evolução dos tópicos debatidos na edição de 2017 constatando-se que, salvo a recente divulgação dos relatórios e contas das empresas do SPER, não houve qualquer evolução positiva significativa nas políticas associadas.

- O Fórum considerou que a concertação estratégica nestas matérias tem sido efetivamente nula sem o devido debate e acerto de políticas que têm vindo a ser anunciadas sem adequada discussão pública e com resultados negligenciáveis ou mesmo negativos.
4. Foi analisada a evolução da conjuntura socioeconómica, constatando-se sinais positivos essencialmente derivados da situação do setor do turismo no seu todo, que, no entanto, tem vindo a apresentar uma quebra nas dormidas na época alta na hotelaria tradicional. Esta situação foi considerada preocupante pelo Fórum exigindo medidas que consolidem o setor. Parte deste resultado pode ser atribuído a problemas com algumas operações aéreas, a da SATA incluída, à falta de adequada promoção do destino Açores e outros fatores externos característicos deste setor.
 5. Foi constatada a persistência de pagamentos em atraso no SPER, particularmente nos EPEs que gerem os hospitais. No final do primeiro semestre de 2018, o SPER devia a fornecedores 193,7 milhões de euros, sendo que destes 115 eram dos hospitais e 50 milhões da SATA, representando 85% do total. Ao mesmo tempo, o SPER regista na conta de clientes correntes um valor de 186,7 milhões de euros, sendo que os hospitais assumem 110 milhões deste valor e a EDA 42 milhões. No caso da EDA os valores estão alinhados com a exploração normal da atividade da empresa. No caso dos hospitais as dívidas advêm, sobretudo de desacertos com subsistemas de saúde, como é o caso da ADSE, num “dossier” que permanece por resolver entre os governos central e regional. A degradação dos resultados líquidos do Grupo SATA foram considerados uma preocupação crescente, que resulta de um desacerto generalizado da operação da SATA Internacional. No seu todo o SPER, no final de 2017, agregava um capital próprio positivo de 150 milhões de euros (sendo que só a EDA apresentava um valor positivo de 223,4 milhões e os hospitais um valor negativo de 290,6 milhões de euros). O SPER apresenta, à data de 30 de junho de 2018, resultados transitados acumulados de -515,5 milhões de euros, sendo que a EDA contribui com 171,7 milhões de resultados acumulados positivos e os hospitais e a SATA com resultados transitados negativos de 438,8 e 168 milhões de euros, respetivamente. O SPER tem-se afigurado, no global, como um sorvedouro de recursos, pese embora o contributo positivo da EDA.

Linhas de Orientação Estratégica

O Fórum reafirmou o primado da economia privada como estratégia fundamental de integração na economia nacional e europeia, considerando como fundamental sublinhar a necessidade de políticas promotoras do crescimento, da competitividade e do emprego na economia dos Açores, como única via sustentável para o progresso socioeconómico que se pretende. Associou a este desígnio a necessidade imperativa da racionalização da intervenção pública na economia exigindo a prossecução de uma programação evidente de redução do peso do setor público incluindo a reprivatização efetiva de atividades.

Nos rumos que se traduzem em linhas orientadoras para a concretização de uma futura política de desenvolvimento regional, sustentada na competitividade, o Fórum considerou como indispensável que as entidades públicas, regionais e locais, atuem, com determinação, em temas essenciais que se enumeram de seguida.

1. Programa Operacional Açores

O FORUM considerou fundamental que se prossiga no sentido de uma maior execução dos planos anuais, fortemente financiados pelo PO2020. As taxas de execução dos últimos anos, que têm rondado os 73%, evidenciam uma manifesta sobredotação ilusória que urge clarificar com uma orçamentação mais consentânea com a realidade mesmo que isto implique a apresentação de um orçamento mais reduzido e mais verdadeiro.

Dada a fragilidade em que ainda se encontra a economia dos Açores e dados os resultados patentes em indicadores como o desempenho escolar, o número de beneficiários do RSI ou o número de desempregados efetivos, o Fórum considera fundamental e imprescindível que o PO pós 2020 deve ter pelo menos a mesma dotação real do PO 2020, o que implica um aumento nominal da ordem dos 10%, a serem negociados em Bruxelas e em Lisboa. Igualmente importante é a manutenção da taxa de uma comparticipação regional de 85%.

Findo o processo de determinação do envelope importará não repetir os erros de afetação de verbas do passado dando forma a políticas que mantêm os Açores à margem da rota da convergência.

2. Transportes

a. Transportes Aéreos de Passageiros

O Fórum procedeu a uma análise exaustiva da situação do transporte aéreo de passageiros, em geral e do papel da SATA, em particular:

- i) Considerou desastrosas as limitações da conectividade interna nos Açores pelos impactos castradores que tiveram nas operações turísticas da generalidade das ilhas, com a agravante da prática de preços excessivamente elevados, não permitindo o crescimento potencial das ilhas mais pequenas;
- ii) Sugeriu a alteração do modelo de gestão da SATA AIR AÇORES com maior oferta, redução de tarifas, aumento de frequências e alargamento de horários, de forma a permitir uma maior distribuição dos passageiros que entram pelas gateways que se encontram liberalizadas;
- iii) Constatou a necessidade urgente de se proceder ao ajustamento do modelo nacional de apoio à mobilidade dos Açores, dado o impacto negativo que tem nos preços praticados, onerosos para a tesouraria dos residentes e incomportáveis para a procura externa;
- iv) Manifestou profunda preocupação com a situação da SATA dado o impacto que tem no mercado interno e no mercado externo, em especial do norte-americano;
- v) Sublinhou a necessidade de uma profunda reestruturação da SATA com a separação clara da atividade e do financiamento das empresas do grupo.

b. Transportes Aéreos de Carga

O Fórum considerou incompreensível e inaceitável que, chegados ao final de 2018, ainda não se tenha clarificado qual o modelo para a resolução do problema do transporte aéreo de cargas, nas ilhas de S. Miguel e Terceira, em face de uma situação em que o serviço é demasiadas vezes imprevisível e acarreta custos demasiado elevados.

c. Transportes Marítimos de Carga

Reafirma-se novamente que o modelo atual, como está, não serve adequadamente os interesses da economia e da sociedade açorianas! Não é competitivo, não funciona adequadamente e as rotas e escalas definidas têm um grau elevado de incumprimento.

É urgente a definição do que deve ser o modelo para o futuro tendo em consideração a necessidade dos operadores atualizarem as suas das frotas, em face de novas exigências do setor. A não resolução rápida deste assunto implicará a replicação da atual situação por um largo período de tempo uma vez que os armadores terão que fazer investimentos de renovação de frota até 2020, numa perspetiva de longo prazo, com implicações significativas, também, para os equipamentos portuários.

O Fórum continua a discordar liminarmente com a aquisição do navio ró-ró sem que antes se tenha revisto e equacionado, de forma tecnicamente balizada, o que será o modelo de transportes marítimos para os Açores, sob pena de se fazerem opções erradas e onerosas para o futuro.

O mau funcionamento dos portos dos açores, por via da sua organização, constitui também motivo de preocupação uma vez que prejudica a sua competitividade.

Não existe um planeamento estratégico evidente e adequado para os portos dos Açores.

As soluções neste setor, dado o seu impacto em toda a economia dos Açores, devem ser racionalizantes levando a reduções de custos de investimento e operacionais.

3. Fiscalidade

O Fórum voltou a reafirmou a importância de aliviar a carga fiscal, agravada no período de intervenção da TROIKA e não revertida na totalidade. A economia privada ficou com menos 40 a 50 milhões de euros por via da manutenção das políticas de agravamento fiscal.

O Fórum considerou imprescindível a clarificação acessível no sistema de fixação de preços dos combustíveis na RAA, pelo peso fiscal que comporta.

4. Formação

O Fórum considera positivo o aumento da dotação na anteposta de Plano Regional Anual prevista para requalificação profissional. Esta dotação contrasta com a ausência quase total de dotações para esta rubrica em planos anteriores.

O Fórum considera no entanto que a referida dotação tem que ser direcionada para a requalificação de ativos, com especial relevância para a área turística, com ações adequadas às necessidades das empresas e realizadas por entidades com competência na matéria e não só por entidade públicas ou outras entidades ligadas a estas.

5. Investimento Público

O Fórum reafirmou a necessidade da continuidade de investimentos públicos em infraestruturas, equipamentos portuários, equipamentos turísticos e equipamentos para a formação, associados à dinamização reprodutiva e sustentável da economia dos Açores.

O Fórum reafirmou a urgência e a natureza imperativa dos seguintes investimentos:

Requalificação da estrutura portuária e de graneis de Ponta Delgada, pese embora as intervenções de requalificação;

Adaptação do Porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional, acentuando a necessidade urgente de se lançar o concurso público internacional para a concessão do Hub Logístico da Praia da Vitória, já anunciado pelo GRA, e de salvaguardar a adequação das suas cláusulas fundamentais;

Melhoria da operacionalidade/ampliação do aeroporto da Horta, que deve ser negociado, pelo Governo Regional dos Açores, na renovação do contrato de concessão da ANA, sem prejuízo de outras infraestruturas concessionadas a esta empresa.

Neste capítulo foi considerado não prioritário o investimento na construção de um navio para o transporte inter-ilhas dado o seu avultado valor e reduzido impacto na economia quer na fase de construção – com impacto zero – quer na fase de operação, com exploração negativa.

6. Pagamentos em atraso

O Fórum manifestou a sua preocupação com a continuação da situação de atrasos de pagamentos por parte da administração regional e setor público empresarial, situação que tem profundos reflexos das empresas.

Tendo em conta o volume muito significativo de dívidas o Fórum considera imprescindível que o Governo tenha uma estratégia para a sua regularização imediata.

Entende o Fórum estarmos perante um problema ético fundamental que distorce o funcionamento da economia, das empresas e dos serviços, de forma perigosamente disruptiva, prejudicando gravemente o autofinanciamento das empresas.

7. Turismo

Em face do diagnóstico da evolução do turismo o Fórum considerou premente a revisão das políticas de transporte, promoção e de requalificação dos recursos humanos e de infraestruturas.

A Anteposta de Plano não contempla os recursos financeiros que seriam necessários para consolidar o setor.

O Fórum manifestou a sua preocupação com a situação da ATA e entendeu, face à saída concretizada da SATA e anunciada do Governo, que a participação futura da CCIA nesta entidade só deve acontecer caso sejam encontrados mecanismos que assegurem o seu equilíbrio financeiro, incluindo a cobertura integral da estrutura e da sua racionalização.

O Fórum congratulou-se com a publicação da 2ª conta satélite do turismo dos Açores, reportada a 2015. Sublinhou, ainda, a importância da publicação anual desta informação estatística.

8. Transparências

O Fórum considerou positivo o princípio implementado com a publicação das contas das empresas públicas, impondo-se agora que passe a ser divulgada a prestação de contas numa base trimestral.

O Fórum considerou negativo que persistam as dúvidas sobre a formação dos preços dos combustíveis, veiculadas pelo setor da revenda de combustíveis, exigindo-se, em prol da transparência, um sistema de informação acessível ao cidadão comum.

9. Energia

O Fórum abordou, de forma aprofundada, a problemática da energia nos Açores em face de alterações tecnológicas e dos preços de mercado do petróleo.

Apontou a circunstância de alguns segmentos deste setor estarem monopolizados nos Açores, exigindo melhor regulação, informação e transparência.

Os elevados custos energéticos prejudicam gravemente a competitividade da economia dos Açores.

Em suma, o Fórum CCIA 2018 refletiu e reafirmou, na generalidade, o que tem sido a evolução das políticas para a competitividade da economia dos Açores concluindo que têm sido insignificantes e demorados os avanços conseguidos, prejudicando o posicionamento das empresas dos Açores e onerando os custos para as famílias. Os poucos avanços em áreas como os custos de contexto, a adequação e modernização de serviços públicos, o financiamento da economia privada, o investimento público estratégico, as privatizações e a adequação/adaptação legislativa (como a da movimentação de mercadorias) são algumas evidências preocupantes, cuja resolução tarda, em prejuízo do bem-estar geral da sociedade açoriana.

O Fórum sublinhou a disponibilidade das associações empresariais para a participação em processos verdadeiros de concertação social, no geral e em áreas específicas, única forma de se gerarem consensos dinâmicos e frutuosos capazes de potenciar um maior e mais sustentável desenvolvimento dos Açores.

Angra do Heroísmo, 12 e 13 de outubro de 2018.